



Mídia, Ecologia e Sociedade: Um Olhar a Partir da Formação Cultural Brasileira¹

Claudio SCHUBERT²

Universidade Luterana do Brasil – Ulbra – Canoas - RS

Centro Universitário - Univates – Lajeado - RS

RESUMO

O contexto cultural brasileiro é formado por diferentes racionalidades. São elas que servem como referência para a leitura, interpretação e ação dos sujeitos frente aos acontecimentos da sociedade. A constituição da mídia e o modo como o brasileiro a vê são decorrentes dos principais paradigmas que formam o contexto cultural nacional. A falta de lucidez na distinção das esferas pública e privada, a busca pela resolução das causas públicas e profissionais pela lógica doméstica e o ímpeto de dominar o ecossistema são manifestações que auxiliam a compreender a complexidade em que se apresenta a abordagem ecológica pela ação midiática na sociedade. Diante disso, o enfoque na presente pesquisa será interdisciplinar, buscando na filosofia, ciências da religião e antropologia suporte para a compreensão do tema “Mídia, ecologia e sociedade”.

PALAVRAS-CHAVE: mídia, ecologia, formação, cultura

Localização do tema

A mídia se apresenta na atualidade como grandeza central na formação de conceitos, valores, paradigmas e referenciais para a população brasileira. Exerce, desse modo, um papel marcante na construção de determinada visão de mundo junto à sociedade. As questões relacionadas ao ecossistema são centrais e sua divulgação de modo completo e crítico constitui-se como tarefa prioritária para a mídia.

Na análise da relação entre mídia e ecologia é possível avaliar que o tema está presente na programação midiática nos seus diferentes meios e segmentos. Estes, no entanto, nem sempre veiculam as matérias relacionadas ao meio ambiente movidos por uma preocupação em construir o equilíbrio no ecossistema. Segundo interpretação de Ramos

nos últimos anos temos observado um significativo aumento nas publicações, reportagens e documentários sobre o meio ambiente, e a busca progressiva de várias empresas e instituições de vincular suas imagens à ‘defesa do meio ambiente’, por meio de campanhas de publicidade e patrocínio de eventos de “natureza ecológica’. Considerando que não há comunicação desinteressada, é possível supor que o receptor possa estar sendo submetido a uma mensagem que visa basicamente alimentar uma demanda crescente de consumo, na qual a informação ambiental é um produto que atrai cada vez mais audiência” (RAMOS, 1995, p.30).

¹ Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa Comunicação Educativa, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Educação pela UFRGS, professor na Universidade Luterana do Brasil – Ulbra - Canoas - RS e no Centro Universitário - Univates – RS na Graduação e Pós-Graduação. e-mail: claudioschubert@terra.com.br



Ao questionamento do autor convém agregar a constatação de que a sociedade brasileira vive um momento onde a relevância do conteúdo midiático no contexto social é valorativamente acentuado. Com isso, a mídia se apresenta como o palco central por onde passam os temas que assumem importância social. Na leitura que Comparato faz da relação entre televisão e sociedade ele entende que “o povo adota os comportamentos e os valores sociais difundidos pela televisão e os estabiliza em costumes” (COMPARATO, 1999, p.302). Do mesmo modo, a presença marcante dos MCM na sociedade brasileira é reforçada por Beltrão e Quirino onde avaliam que

jamais a humanidade assistiu a tão radical revolução como a que se processou nos últimos cinquenta anos com o estabelecimento formal do sistema dos meios de comunicação de massa. Imprimindo velocidade, ubiquidade e penetrabilidade à mensagem, em escalas e níveis jamais alcançados, os meios técnicos, sobretudo os eletrônicos, criaram uma espécie de pseudoambiente entre os homens e o mundo objetivo real – são vistos como a envolver o homem moderno numa espécie de realidade substituta (BELTRÃO E QUIRINO, 1976, p.119).

A influência da mídia no processo formativo junto à população brasileira é conceito facilmente fundamentado cientificamente e aceito sem muitos contra-argumentos pelo senso comum. As divergências entre os especialistas referem-se muito mais ao impacto que essa presença poderia exercer sobre a vida das pessoas do que a dúvida sobre a tese da influência formativa. Principalmente os pesquisadores que se orientam por uma teoria crítico-social enumeram com facilidade conseqüências comportamentais da população decorrentes da programação midiática.

Nesse sentido Bucci (1996) compreende que aquilo que a mídia anuncia é fato, o que não aparece na tela da televisão é como se não existisse, pois a opinião pública não toma conhecimento dos acontecimentos não veiculados. Os conteúdos apresentados têm, nesse aspecto, um potencial formativo marcante, pois é sobre os temas tornados público que a população vai interagir. O mesmo autor ainda assinala que é “pela TV que as crianças ingressam no mundo do consumo, aprendendo a desejar mercadorias” (BUCCI, 1996, p. 12). Dando continuidade a essa linha de raciocínio, Baccega entende os MCM têm forte potencial para a formação de referenciais junto à população. Assim, “hoje a realidade é atravessada pela presença dos meios de comunicação. A condição de educar é própria desses meios” (BACCEGA, 2000, p.96). A constatação do potencial formativo da mídia é de grande relevância considerando o tema ecologia, no sentido de que as informações midiáticas estarão presentes na ação dos sujeitos na esfera pública e privada.

Sabe-se que a escolha de pautas que contemplem o tema meio ambiente é simpático junto à opinião pública. Como se trata da sobrevivência do ecossistema é salutar que a temática ecologia seja repercutida nos informativos. É compreensível que o discurso sobre a relevância das questões ambientais é o politicamente correto. Com essa evidenciação facilmente se encobre a grande lacuna presente nos noticiários que é a ausência de um jornalismo investigativo e crítico que aponte as



instituições poluentes, entre elas o próprio Estado. Este que em muitos de seus segmentos não tem o devido cuidado com as questões ambientais como gestor da causa pública, poluindo, por exemplo, os rios com diferentes espécies de lixo não tratado³.

Nesse sentido, as informações que chegam por meio das modernas tecnologias de comunicação caracterizam-se como uma realidade editada, uma espécie de “janela” que dá acesso ao que acontece no mundo. Melo reforça esse enfoque enfatizando que

os meios de comunicação social constituem-se, paradoxalmente, meios de elite e de massas. Como instrumentos mecânicos e eletrônicos que difundem mensagens de acesso potencial a todos os indivíduos da sociedade, eles são meios que atingem as massas, atuando como intermediários entre elas e o mundo (MELO, 1971, p.12).

Ainda conforme Melo mesmo que os produtos anunciados pela mídia atinjam e sejam consumidos pelos diferentes segmentos públicos que compõem o tecido social “os meios de comunicação social são meios de elite. Ou seja, controlados pela elite” (MELO, 1971, p.12).

Outro aspecto que se agrega a esse pensamento é o fato de que com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação as pesquisas científicas avançam em áreas e contextos até então desconhecidos, inserindo-se no universo social e tornando-se tema de fácil acesso junto à população. Assim, é possível perceber que principalmente nas últimas décadas houve um aumento significativo de programas, campanhas publicitárias públicas, espaços nos diferentes MCM, diferentes publicações relacionados às questões ambientais. “Considerando-se ainda que os jornais e a televisão são as principais fontes de informação para expressiva camada da população, o papel destes veículos revela-se decisivo nos processos de formação de opinião sobre a problemática ambiental” (RAMOS, 1995, p.14). Lembrando da afirmação de Melo acima, de que “os meios de comunicação social são meios de elite”, cabe levantar a pergunta se os MCM estão abordando o tema meio ambiente por ser uma reflexão relevante para a sociedade, ou se as informações são divulgadas muito mais para satisfazer aos interesses da racionalidade econômica da empresa de comunicação do que a saúde do ecossistema?

Pela análise dos autores acima citados é possível constatar que o tema “Mídia, ecologia e sociedade” é de relevância crescente no contexto brasileiro. A abordagem deste assunto apresenta-se, no entanto, com acentuado grau de complexidade, considerando a formação cultural brasileira e a estrutura político-econômica na qual a mídia se insere. Pelas características culturais, existem dificuldades em perceber as especificidades do público e privado conceitualmente bem como as conseqüências desta falta de distinção na prática do dia-a-dia. Nesse aspecto, sabe-se que os MCM

³ Conforme os jornais O Globo e Diário Popular, em outubro de 2006 no desastre ecológico que aconteceu no Rio dos Sinos – RS 80 a 87 toneladas de peixes foram mortos “e o que determinou o problema foi a junção dos elementos químicos despejados pelas seis empresas atuadas e a poluição provocada pelas prefeituras da região, que não tratam 95% dos esgotos”.
www.diariopopular.com.br/27_10_06/editorial.html e www.oglobo.globo.com/pais/mat/2006/10/16/286122365.asp



são empresas privadas, mas pela Constituição brasileira devem veicular seu conteúdo voltado aos interesses do cidadão, ou seja, de caráter público.

É importante perceber que a mídia deveria desenvolver seu conteúdo segundo o que determina a Constituição Brasileira, onde no Cap. V, art.221 diz que “a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”. Sabe-se que na realidade das relações econômicas existentes, ela atua como empresa privada e busca sua sobrevivência financeira na venda de mercadorias. Essa característica tem, em muitos momentos, desdobramentos limitantes na função de informação pública que os MCM devem desempenhar. Aqui se localiza um ponto de tensão na abordagem do tema ecologia, entre o interesse empresarial da mídia e seu papel de bem informar o público.

A mídia e pensamento moderno

A história mostra que foi no início do séc. XIX que a imprensa desloca seu papel crítico para o de uma imprensa comercial, segundo as exigências do capitalismo moderno. A presença de anúncios aumenta o faturamento econômico da empresa e “com preços bastante mais baixos e um número muito maior de compradores, o editor podia contar com a possibilidade de vender uma parte proporcionalmente crescente do espaço de seu jornal para anúncios” (HABERMAS, 1984, p.216). Assim, a empresa jornalística cria espaço e vende mercadorias através dos anúncios e não mais somente informações que eram sua motivação principal. Com o avanço do capitalismo, a empresa de comunicação sentiu necessidade em alargar sua base comercial, subordinando, assim, a política editorial às políticas empresariais e da economia de mercado (HABERMAS, 1984).

A imprensa entra numa situação em que ela direciona o enfoque para os interesses do capital, na maioria das vezes estranhos aos interesses públicos. “A história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna manipulável à medida que ela se comercializa” (HABERMAS, 1984, p.217). Além do espaço que cabia ser vendido para fins de publicidade, o próprio conteúdo redacional acaba tendo uma correlação com o conteúdo dos anúncios. “A imprensa que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas” (HABERMAS, 1984, p.218). Como consequência, os MCM se pautam pelos interesses dos anunciantes, pois a empresa de comunicação é cada vez mais dependente da publicidade para se manter e se desenvolver como organização numa sociedade regida pelas regras do moderno capitalismo. Num desdobramento imediato, a linha editorial é pautada para dar renome ao meio de comunicação: ter visibilidade e obter lucro, segundo as regras do sistema.



Essas mudanças que ocorrem na mídia integram transformações mais amplas que se sucedem no contexto maior impulsionado pela Revolução Industrial inicialmente. As concentrações urbanas favorecem maior penetração da imprensa junto à população e seu desenvolvimento como empresa comercial regrada pelas normas das relações capitalistas. A ascendência do capitalismo buscando maior lucro e não necessariamente benefícios mais qualificados para a população é a lógica que também se instala nas empresas de comunicação. Assim, “são os grandes centros que funcionam como catalisadores das aspirações alimentadas com o progresso: maior chance de ganho; de diversão; de instrução; de assistência no mais amplo sentido da palavra” (MOSER, 1984, p.25).

Na presente análise, se quer apontar a existência desta tensão entre o modo como os MCM estão estruturados no contexto econômico brasileiro e sua tarefa estabelecida pela Constituição. A falta de resolução desta tensão tem desdobramentos graves que se corporificam como limitantes em termos de ação midiática diante de um enfoque crítico necessário pela configuração social brasileira. A realidade contextual mostra evidências de precariedade na saúde, educação, segurança pública, qualidade de vida e principalmente meio ambiente. Isso significa que o ecossistema nem sempre é priorizado pela mídia, pois como empresa capitalista a opção que acaba sendo concretizada é a financeira e não a pública.

Um aspecto que ajuda a explicar a opção da mídia pelo ganho econômico e, certa negligência pela informação crítica, é a formação cultural brasileira. Nela não existe clareza sobre o papel que as instituições devem desempenhar nas esferas pública e privada. Isso significa que temas como ecologia e mídia passam a ser abordados muito mais pelo enfoque do interesse privado de determinada empresa ou grupo de pessoas do que pela exigência do dever público. Diante disso, Almeida lembra que “quase $\frac{3}{4}$ da população brasileira afirmam não considerar que o que é público merece ser cuidado por todos. A extensão desta forma de pensar para a esfera dos tributos implica considerar os recursos advindos dos impostos algo do governo e não de toda a população” (ALMEIDA, 2007, p.102). Essa falta de distinção, como se pode perceber, tem desdobramentos graves na questão ambiental. Jogar diferentes lixos nos rios ou na rua, usar os bens públicos para fins particulares, ver no outro⁴ uma possibilidade tirar proveito é consequência lógica dessa mentalidade, pois, nessa compreensão, estes são espaços públicos situados fora do mundo privado.

Nesse momento da análise é importante resgatar a origem da formação cultural Ocidental para estabelecer um comparativo com o modo de pensar brasileiro, dando lucidez, assim, para a seqüência da investigação do tema proposto pelo Intercom. Nesse aspecto, segundo Marcondes (2005), nos seus principais traços a racionalidade Ocidental forma-se a partir dos fundamentos da tradição filosófica grega e da herança religiosa judaico-cristã. Isso significa que o modo de pensar

⁴ Esse outro pode ser tanto um indivíduo como uma organização privada ou pública



dos Ocidentais, a constituição do Estado e a relação da sociedade com a natureza passa a ter, nas suas entrelinhas, a presença dessas vertentes. Nesse sentido se busca o auxílio da filosofia, ciências da religião e antropologia cultural onde conjuntamente se construirá uma compreensão interdisciplinar para alargar e aprofundar o assunto⁵.

“Mídia ecologia e sociedade” como pesquisa interdisciplinar

Uma abordagem interdisciplinar se caracteriza “pela integração das disciplinas num mesmo projeto de pesquisa.[...] numa relação de reciprocidade, de mutualidade, ou, melhor dizendo, um regime de co-propriedade, de interação, que irá possibilitar o diálogo entre os interessados” (FAZENDA, 1993, p.31). Com isso, uma análise interdisciplinar “depende então, basicamente, de uma mudança de atitude perante o problema do conhecimento, da substituição de uma concepção fragmentária pela unitária do ser humano (FAZENDA, 1993, p.31).

Na atitude interdisciplinar está implícito uma postura científica que busca “uma nova postura diante do conhecimento, uma mudança de atitude em busca da unidade do pensamento” (BORDONI, 2002), integrando diferentes saberes na intenção de construir conhecimentos integrados. Compreende-se que esse processo é extremamente importante na abordagem de temas relacionados ao meio ambiente. A análise das problemáticas envolvendo o ecossistema será mais completa se a investigação contar com diferentes bases científicas que funcionem de modo integrado na busca da compreensão do tema. Nesse aspecto, Targino complementa dizendo que

interdisciplinaridade, na acepção de integração entre as disciplinas, favorece a ruptura dos limites ‘fechados’ e/ou preestabelecidos de uma única disciplina. É a interdisciplinaridade como alicerce do avanço das ciências, vez que o conhecimento científico prevê mutações, passagens de uma teoria para outra, ressaltando, inexoravelmente, o caráter evolutivo do conhecimento científico e o seu estado de permanente ebulição” (TARGINO, 2007, p.250).

Entende-se que o assunto ecologia tem relação direta com diversos setores da sociedade, por isso a inter-relação entre diferentes ciências auxilia na compreensão do todo. Isso é fundamental para que não se proceda de forma fragmentária, mas que se considere as diferentes grandezas que formam a racionalidade Ocidental e brasileira.

Esfera pública e privada na formação da racionalidade Ocidental

A elaboração dos conceitos de esfera pública e privada no universo clássico grego se constitui na distinção que se faz do cidadão enquanto homem público e privado. Na praça (*ágora*) enquanto discute o destino da cidade (*pólis*) o cidadão vive seu papel como homem público. A sua

⁵ Assim, na presente pesquisa se busca fundamentação filosófica no conceito clássico grego de esfera pública e privada, na sociologia da religião na análise dos termos bíblicos *dominar e submeter* e no enfoque antropológico referente a formação cultural brasileira.



casa é o lugar de viver a esfera privada. Isso significa que existe uma relação do cidadão livre (*koiné*) enquanto cidadão público, fato que o distingue de seu mundo particular (*oikos*), específico de cada indivíduo. “Na cidade-estado grega desenvolvida, a esfera da *pólis* que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) é rigorosamente separada da esfera *oikós*, que é particular de cada indivíduo” (HABERMAS, 1984, p. 15). Ainda conforme o mesmo autor, isso significa que a ação do cidadão na esfera pública não está restrita a um local como na *ágora*, mas central é o seu caráter público, a vida pública (*bios politikos*).

O fundamental na presente reflexão é perceber que existem esferas distintas nas quais o cidadão transita e em cada qual desempenha um papel específico. Na praça (*ágora*) da cidade (*pólis*) ele atua na esfera pública, onde o bem-estar público deve receber maior relevância. O seu universo particular é a esfera privada, onde a administração doméstica é o elemento central.

Aristóteles ensina que a cidade é uma forma de organização onde se busca o bem-estar do cidadão. O filósofo diz que “não é apenas para viver, porém para viver virtuosamente, que os homens formaram entre si a sociedade civil” (ARISTÓTELES, 2001, p. 92). O filósofo chama atenção que o exercício da política não é natural ao homem, mas que precisa ser aprendido. Isso significa que o aprendizado em relação à preservação do meio ambiente, na sua forma mais abrangente possível, também se faz necessário.

A mentalidade de dominar o ecossistema

A busca pelo domínio da natureza e do semelhante é uma mentalidade presente na constituição do homem Ocidental. É importante sublinhar que dominar o outro não é progresso, mas uma mentalidade ultrapassada “o problema não se prende nem a ciência, nem a tecnologia, mas a um sistema que traz no seu bojo miséria, fome, destruição” (MOSER, 1984, p. 27). Pode-se constatar que está amplamente equivocada a compreensão de que o homem pode dominar a natureza. Esse equívoco tem ainda outro desdobramento perverso: a idéia de que um homem possa dominar também seu semelhante.

A idéia do homem dominar o existente, especialmente o ecossistema, encontra uma de suas raízes na tradição veterotestamentária⁶. Esta foi influente na formação da racionalidade Ocidental⁷. Assim, o pensamento contido no Antigo e no Novo Testamentos são fundamentos importantes na formação cultural Ocidental. O que nos interessa na presente análise é perceber certos desdobramentos que se constituíram na relação entre sociedade e natureza por influência dos paradigmas presentes, principalmente, no Antigo Testamento.

⁶ Veterotestamentário refere-se ao Antigo Testamento da Bíblia

⁷ A presença das verdades bíblicas na tradição Ocidental pode ser percebida também pela presença da teoria do criacionismo na qual o relato da criação em Gênesis tem uma influência marcante.



Nesse enfoque específico, o livro de Gênesis tem um relato fértil para a análise que investiga o assunto meio ambiente. Em Gênesis⁸ capítulo 1 versículo 28, depois de fazer o homem Deus lhe deu poderes e disse “sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar...”. É importante observar que os termos utilizados para estabelecer a relação do homem com a natureza são sujeitar e dominar sobre todas as formas de vida. Esse mesmo paradigma de relação entre o homem e o restante da criação está presente também na Bíblia de Jerusalém⁹, onde o termo usado é semelhante. Diz o texto que Deus criou o homem e disse “...enchei a terra e submetei-a; dominai sobre os peixes do mar...”. Os termos que estabelecem a relação entre o homem e a natureza são submeter e dominar. Na versão alemã¹⁰, no mesmo capítulo e versículo, as palavras utilizadas são os termos *untertan und herrschet*, ou seja, utilizar e reinar sobre o existente¹¹. Nestas citações existe uma relação de superioridade do homem em relação à natureza.

Sabe-se que a perspectiva de dominar o existente é característica dos povos antigos, onde os fenômenos naturais e os animais eram ameaças constantes. E é nesse contexto que os parágrafos acima também devem ser compreendidos. Tem, no entanto, uma característica muito presente nos relatos acima citados: o homem é senhor total sobre o existente. Na medida em que essa superioridade tem caráter religioso torna-se incontestável como verdade. Percebe-se que o ímpeto dominador é uma característica do homem Ocidental. A natureza é compreendida como sendo o outro para ser conquistada e submetida. A superioridade do homem em relação às demais expressões da criação e da natureza foi uma constante na tradição cultural Ocidental¹². Numa releitura contemporânea, o pesquisador de teologia Wolff interpreta que esse domínio que o homem exerce sobre a criação “não deve levar a fazer perigar o homem, como acontece em proporções ameaçadoras devido à poluição do ambiente; domínio do homem sobre os outros adultera a imagem de Deus” (WOLFF, 1983, p.218)¹³.

⁸ Bíblia Sagrada traduzida por João ferreira de Almeida. Edição revista e atualizada no Brasil pela Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. Publicação mais voltada ao uso do mundo protestante e evangélico.

⁹ Bíblia de Jerusalém. Edições Paulinas, 1985, capítulo 1 versículo 26. Esta é uma publicação mais voltada ao uso do mundo católico romano.

¹⁰ Die Bibel. Oder die Heilige schrift des Alten und Neuen Testaments nach der übersetzung Martin Luthers. Deutsche Bibelgesellschaft, Stuttgart, 1984.

¹¹ Mais adiante, na narrativa do Jardim do Éden, nas três versões acima apresentadas, Deus coloca Adão e Eva no jardim e lhe diz que *cultivem e guardem*. No paraíso, o acordo entre Deus e Adão e Eva não vingou, pois os dois não cumpriram sua parte do combinado e foram expulsos. Fora do paraíso o homem continuou a tentativa de dominar o outro, como o relato entre Abel e Caim ilustra em Gênesis 4.1ss e como pode ser constatado nos acontecimentos fixados ao longo do Antigo Testamento.

¹² Não se quer, com essas citações, minimizar as veracidades bíblicas, mas apontar que a interpretação do *dominar e submeter* o outro está presente na cultura Ocidental. Em diferentes momentos da história podemos perceber claramente esse comportamento. Como ilustração pode-se citar as constantes guerras no período medieval, como as Cruzadas, na Revolução Industrial a submissão do outro, e mais recentemente as devastações das florestas brasileiras, a poluições dos rios, do ar, etc só para citar alguns poucos exemplos. A convivência harmoniosa com a natureza é uma lição ainda por ser aprendida para grande parte da coletividade. A devastação da natureza não é, na atualidade, somente uma questão de ganância econômica, mas um paradigma cultural de dominar e submeter o outro. Esse é o aspecto da contribuição desta breve reflexão para a compreensão do tema “Mídia, ecologia e sociedade” e reforça a relevância da ação midiática na abordagem desta temática.

¹³ Convém lembrar que também no Novo Testamento a partir de Jesus de Nazaré a tônica central sempre foi a valorização do outro.

Cabe lembrar dois momentos da formação da racionalidade Ocidental onde a idéia de dominar o contexto está presente. Locke, um dos criadores da teoria liberal busca justificar a propriedade privada como um direito natural. “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, deu-lhe o mundo para que nele reinasse [...] Deus instituiu, no momento da criação do mundo e do homem, o direito à propriedade privada como fruto legítimo do trabalho. Por isso, por origem divina, ela é um direito natural” (LOCKE apud CHAUI, 1999, p.401). Outra análise importante foi realizada por Max Weber (1992). Ele elabora uma tese interessante de como a fé em Deus teria fortalecido e auxiliado no desenvolvimento do capitalismo, especialmente pelos protestantes. Sabe-se, conseqüentemente, que o sistema capitalista, com a influência liberal e protestante, não opera sob a base da solidariedade e cooperação, mas tem forte a presença de atitudes comportamentais exclusivistas, de domínio e disputa. Assim, constata-se que o ímpeto de desenvolver-se economicamente e constituir propriedade privada tem relação estreita com a idéia do domínio sobre a natureza e conseqüentemente do próximo. É interessante perceber que nos dois momentos acima citados, na construção da doutrina liberal por Locke e na análise de Weber sobre os protestantes e o capitalismo, estava presente a justificativa religiosa.

O “homem cordial” brasileiro

Em relação à formação da cultura brasileira, Holanda (1995) compreende que ela remonta as raízes da cultura portuguesa e do catolicismo brasileiro colonial, mantendo a mentalidade que busca estabelecer, na vida pública, laços afetivos de proximidade nos moldes da vivência doméstica. Assim, a civilização brasileira formou-se na idéia do “homem cordial”¹⁴.

O “homem cordial” auxilia a compreender a formação da mentalidade do brasileiro e sua vivência na esfera pública e privada. A carga cultural encaminha o sujeito a ter uma relação difusa entre o privado, que é propriedade do sujeito e o público que é do Estado. Além do mais, a vivência na esfera pública e privada não tem uma distinção conceitual clara nos seus desdobramentos para o universo da cidadania, profissionalismo e vida particular. A compreensão de Almeida faz sentido quando ele diz que para grande percentual dos brasileiros “incomodar o vizinho com som alto não é

¹⁴ O conceito de “homem cordial” foi desenvolvido por Holanda, 1995, p.204/205. O termo “homem cordial” pode ser compreendido por uma “bondade e até mesmo certa ‘técnica da bondade’, uma bondade mais envolvente, mais política, mais assimiladora [...] cabe dizer que, pela expressão ‘cordialidade’, se eliminam aqui, deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas [...] Cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente sentimentos positivos e de *concordia*. A inimidade bem pode ser tão *cordial* como a amizade, nisto que uma ou outra nascem do *coração*, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado. Pertencem efetivamente, para recorrer ao termo consagrado pela moderna sociologia, ao domínio dos ‘grupos primários’, cuja unidade [...] ‘não é somente de harmonia e amor’. A amizade que abandona o âmbito circunscrito pelos sentimentos privados ou íntimos, passa a ser, quando muito benevolência, posto que a imprecisão” vocabular admita maior extensão do conceito. Assim, como sendo a inimidade pública ou política, não *cordial*, se chamará mais precisamente hostilidade”.

problema de quem dá a festa, mas um problema do vizinho” (ALMEIDA, 2007, p.100). Sabe-se que essa compreensão que trata o público como se fosse privado é uma mentalidade equivocada.

Na formação do Estado moderno “não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição” (HOLANDA, 1995, p.141). Compreendeu-se que “o Estado e suas instituições descenderiam em linha direta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência” (HOLANDA, 1995, p.141). É na organização da nação, diferenciada da ordem familiar, que nasce o Estado moderno. Nele o sujeito torna-se cidadão pela conquista de seus méritos e não pela benevolência de determinada autoridade, como é o caso da lógica doméstica. No Brasil, está ausente, nesta reflexão, o caráter de impessoalidade que caracteriza a vida pública.

É interessante observar que também os imigrantes que vieram com uma carga de valores europeus não tiveram cuidado com a ecologia e acabaram adotando princípios idênticos aos existentes aqui na terra do pau-brasil. Segundo Holanda, também entre eles persistiu o cultivo da lavoura do tipo predatória. Referindo-se aos imigrantes alemães e italianos o autor diz que

a aquisição de técnicas superiores, equivalentes a uma subversão dos processos herdados dos antigos naturais da terra, não caminhou na progressão que seria para desejar. Pode-se dizer que o desenvolvimento técnico visou, em geral, muito menos a aumentar a produtividade do solo do que a economizar esforços (HOLANDA, 1995, p.67).

Educar para a cidadania e sensibilidade ecológica

Sabe-se que as ênfases dadas às questões da ecologia obedecem às políticas desenvolvidas pelos governos. Assim, a mídia tem um comportamento idêntico aquele que o Estado dispensa ao assunto. Ramos entende que a preocupação dos governos se relaciona mais com a fonte dos recursos não percebendo a relevância em “avaliar, projetar, ou pelo menos questionar os custos econômicos que a degradação ambiental já vem provocando” (RAMOS, 1995, p. 111).

Esse é o limite de uma racionalidade que tem no lucro seu objetivo maior e que dissocia a responsabilidade pública e privada de cada cidadão, especificamente das instituições públicas, do cuidado com o meio ambiente. Verbas destinadas ao bem-estar do ecossistema não são vistos como formas inteligentes de investimento, mas como despesas¹⁵. É nesse sentido que a cultura brasileira se caracteriza “pelo espírito pouco solidário e apocalíptico da população, em oposição ao complexo cultural democrático europeu, no qual o povo se reúne em assembleias para deliberar sobre os assuntos que lhe dizem respeito” (ALMEIDA, 2007, p.98). Essa postura da população leva a compreender o descaso das autoridades em relação às causas do meio ambiente. Segundo o mesmo autor “a proporção de analfabetos que apóia o patrimonialismo (40%) é aproximadamente 13 vezes

¹⁵ Aquele prefeito da pequena cidade brasileira que investe no asfaltamento da rua sabe que essa obra terá maior retorno nas próximas eleições do que criar uma estação de tratamento adequado dos poluentes que a prefeitura joga nos rios sem o devido cuidado.

maior do que na faixa dos que têm superior completo [...] há proporcionalmente 25 vezes mais analfabetos defensores de uma visão de mundo patrimonialista do que na faixa de superior completo” (ALMEIDA, 2007, p.108). Constata-se que a falta de cuidado com os bens públicos e por consequência com a ecologia tem causas idênticas. Quanto mais acesso à educação o sujeito tiver, mais ele saberá estabelecer uma diferenciação entre o bem público e o privado e exigirá atitudes de eticidade mais concretas do poder público.

Desse modo, é possível perceber que o pouco cuidado com o meio ambiente se relaciona de modo direto com as diversas formas de misérias existentes no contexto brasileiro, onde

a tentativa de dissociar o combate à miséria da luta pela preservação ambiental mostra-se contraditória, pois ignora completamente a intercausalidade entre miséria e degradação ambiental. Ao submeter milhões de pessoas a condições de vida subhumanas – vivendo sem saneamento básico, alimentação, atendimento médico e moradia adequados – a miséria é também causa e consequência da degradação ambiental. Nesse sentido, não é possível pensar em priorizar um aspecto ou outro, pois a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida são ações interdependentes (RAMOS, 1995, p. 107, 108).

Milhões de pessoas vivem abaixo da linha de miséria em diversos países subdesenvolvidos. Essas populações estão sem saneamento básico, alimentação adequada, moradia, atendimento médico, acesso à educação e cultura, tornando-se, assim, parte integrante da degradação do ecossistema. Desse modo, as questões ambientais ganharam evidência e relevância internacional no universo científico que tem reflexos na política e economia internacional. Assim, “não é mais possível simplesmente ignorá-los, razão pela qual a causa ambiental tem sido debatida e encampada, pelo menos em termos de discurso, pelas mais diferentes correntes político-ideológicas” (RAMOS, 1995, p. 97). Existe, assim, uma estreita relação entre as políticas governamentais e o modo como as questões ecológicas são tratadas.

A herança cultural brasileira recebeu alguns acentos ao longo de sua formação enquanto que outros foram negligenciados. A concepção desenvolvimentista, o conceito de progresso pautado no ganho financeiro-econômico sem sintonia com valores como o bem-estar geral, a negligência com a eticidade e moralidade originam-se de uma compreensão de domínio e submissão do outro. Essa “concepção de que o homem domina a natureza, além de equivocada, como demonstram os graves problemas ambientais que vivemos, traz implícito ainda um aspecto perverso para o próprio desenvolvimento humano” (RAMOS, 1995, p.114).

Vivemos uma fase já denunciada por Adorno e Horkheimer (1991) que viram a razão moderna se movimentar de maneira restritiva no mundo Ocidental, estabelecendo um divórcio entre a ciência, o ser humano e a natureza, onde o poder econômico busca o acúmulo do capital. Assim, a razão torna-se instrumental ao invés de servir como elemento de emancipação do ser humano.

Diante disso, os autores perguntam "por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se aprofundando em uma nova espécie de barbárie" (ADORNO/HORKHEIMER, 1991, p.11). Num outro texto, Adorno encaminha parte da resposta quando questiona o papel da mídia na realidade Ocidental, dizendo que esta faz a "tentativa de incutir nas pessoas uma falsa consciência e um ocultamento da realidade, além de impor junto às pessoas um conjunto de valores como se fossem positivos" (ADORNO, 1995, p. 80).

Sabe-se que a falta de cuidado em relação ao meio ambiente no Brasil é grave. Tanto a população quanto as instituições públicas e privadas são negligentes em relação às questões ecológicas, mesmo tendo conhecimento de como proceder com diligência em relação ao ecossistema. Uma dessas causas tem sua origem na ausência da escolaridade. Almeida revela que

quem passou pelos bancos escolares de uma universidade e obteve diploma tende a ser uma pessoa moderna: impessoal; contra o jeitinho brasileiro; contra punições ilegais, como linchamentos e o estupro, na cadeia, de criminosos condenados pelo crime; refratária à crença de que o destino está completamente nas mãos de Deus; e a favor de confiar mais nos amigos (ALMEIDA, 2007, p.25).

O mesmo desdobramento pode-se depreender em relação ao cuidado com a preservação do meio ambiente e o questionamento da postura de pouco comprometimento da mídia em relação às questões ecológicas. Esta mesma pesquisa ainda mostra que para cada grupo pesquisado, "seja ele faixa de idade, de escolaridade ou região do país, é grande o apoio ao ponto de vista patrimonialista, sempre da ordem de 70% do segmento. A única exceção é para aqueles que têm o curso superior completo, entre os quais a proporção de apoio cai para 53%" (ALMEIDA, 2007, p.104).

É muito interessante observar que a pesquisa apresentada por Almeida, no aspecto de que a educação acadêmica resulta num maior grau de emancipação e visão de cidadania, é uma tese que fundamentou a compreensão educacional moderna. Rousseau (1712-1778) foi um dos grandes pensadores modernos que viu na educação um meio para a emancipação do cidadão, diante de um contexto de desigualdades sociais gritantes. Para ele, a natureza e as pessoas são boas na sua essência. Diz que "tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem" (Rousseau, 1999, p.7). O processo educativo é para Rousseau o meio pelo qual se pode construir uma sociedade justa, poderíamos dizer equilibrada na sua vivência no ecossistema. Mesmo assim Rousseau sabe que nada está garantido em termos de educação do cidadão, mas é preciso apostar na formação virtuosa. A visão educacional de Rousseau é totalmente voltada à realidade dos cidadãos, na idéia de formar um cidadão virtuoso. De Rousseau para nossos dias pode-se fundamentar plenamente a idéia de que o cidadão virtuoso seria na atualidade um sujeito preocupado com o meio ambiente e buscaria comprometimento da mídia na formação cidadã.

Outro pensador de grande importância na constituição do pensamento moderno no processo formativo Ocidental foi Kant (1724-1804). Para ele o homem tem inclinações de selvageria que se



desdobram no domínio e destruição do meio. Por isso o filósofo vê a necessidade da educação com disciplina, pois esta “impede o homem de desviar-se do seu destino, de desviar-se da sua humanidade, através das suas inclinações animais” (Kant, 1996, p.12). Além disso, Kant entende que a ação educativa deve ser contínua, pois esta se realiza num processo histórico, em que “uma geração educa a outra” (Kant, 1996, p.12). Nessa linha de raciocínio o filósofo diz que as ações que limitam a liberdade das gerações futuras podem ser consideradas um “crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste justamente nesse avanço. Os vindouros têm, pois, toda a legitimidade para recusar essas resoluções decretadas de um modo incompetente e criminoso” (Kant, 2002, p.15/16). Esta é uma reflexão central para o tema ecologia, pois se sabe da dependência que uma geração tem da outra para uma vida saudável no ecossistema.

Habermas (1999) compreende que as questões conflitantes da sociedade deveriam ser resolvidas via consensualidade, buscando o entendimento no sentido cooperativo, onde os envolvidos no processo são sujeitos e devem ser desafiados para tal. A racionalidade que busca a consensualidade é discursiva e dialógica, onde as saídas coletivas são a característica central. O clima é de solidariedade, espírito coletivo, de engajamento em questões de cidadania. É nesse sentido que Habermas diz que

esta comunidade, concebida de modo construtivista, não é um coletivo que obrigue a uniformização de seus membros ao afirmar o seu próprio modo de ser. Inclusão não significa aqui incorporação de si próprio e a exclusão do outro. A inclusão do outro indica, muito mais, que os limites da comunidade estão abertos para todos e, precisamente, também para aqueles que são estranhos para a comunidade e que querem continuar sendo estranhos (Habermas, 1999, p.24).

Manter a especificidade de cada integrante do ecossistema é o grande desafio para a sociedade atual. A preservação do meio ambiente implica cuidar das expressões culturais e de vida em todos os sentidos.

Pensamento conclusivo

Pela formação cultural brasileira, a mentalidade econômica reinante tem fortes características predatórias. Nesse mesmo raciocínio se integram as empresas de comunicação que tem no lucro um forte acento. Isso faz com que o dever constitucionalmente estabelecido, de bem informar a opinião pública, nem sempre seja priorizado. Os MCM reforçam, assim, um comportamento existente entre grande percentual dos brasileiros, ou seja, de pouca preocupação com o que é público, em todas suas expressões. Assim, o outro se constitui como alguém para ser dominado e submetido. Exceção minimizada, segundo aponta Almeida, àqueles grupos sociais que tem formação superior. Esse dado é extremamente relevante para a causa ecológica, pois se constata



que o investimento na educação escolar, apesar de todas as limitações que possam existir no Brasil, leva à emancipação e ao conseqüente cuidado com o meio ambiente. Do mesmo modo, é salutar o enfoque formativo da mídia em relação às instâncias que integram o ecossistema. Pode-se concluir que as ações de setores organizados da sociedade brasileira, mais especificamente da intelectualidade, são relevantes e mobilizam positivamente na busca pela preservação e equilíbrio do ecossistema. Assim, “Mídia, ecologia e sociedade” constitui-se como tema de acentuada relevância para a tematização e repercussão no contexto brasileiro.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido A. de Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. 2 ed., Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ARANHA, Maria Lúcia; MARTINS, Maria Helena. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2001, p.92.
- BELTRÃO, Luiz e QUIRINO Newton O. *Subsídios para uma teoria de comunicação de massa*. São Paulo: Summus, 1986
- BORDONI, Thereza Cristina. *Uma postura interdisciplinar*. www.forumeducacao.hpg.ig.com.br/textos/textos/didat_7.htm
- BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/Educação: aproximações. In: BUCCI, Eugênio. *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de tv*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. *Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1999
- COMPARATO, Fábio Konder. É possível democratizar a televisão? In: NOVAES, Adauto(org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1999
- CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL. Departamento de Imprensa oficial do Estado. Brasília. 1988.
- FAZENDA, Ivani C. *Interdisciplinaridade: Um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Tradução de Manuel J. Redondo. 3. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.
- _____. *Mudança estrutural da esfera pública. Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia de Letras, 1995.
- KANT, Immanuel. *Sobre a Pedagogia*. Tradução de Francisco C. Fontanella. Piracicaba: Unimep, 1996.
- _____. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Portugal, Edições 70, 2002.
- MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 9.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p.105
- MELO, José Marques de. *Comunicação, opinião, desenvolvimento*. São Paulo: Vozes, 1971.
- MOSER, Antonio. *O problema ecológico e suas implicações éticas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.



- RAMOS, Luis Fernando A. *Meio ambiente e meios de comunicação*. São Paulo: Annablume, 1995
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. Tradução de Roberto L. Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TARGINO, Maria das Graças. *Interdisciplinaridade: a “bola da vez”!*. Intercom - Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo. V.3, n.1, jan/jun.2007, p.250–252.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de M. Irene de Q.F.Szmrecsanyi e Tamás J.M.K. Szmrecsanyi. 7. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992.
- WOLFF, Hans Walter. *Antropologia do Antigo Testamento*. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 1983.